

# UMA CONVERSA SOBRE AS ATITUDES LINGUÍSTICAS DE ESTUDANTES INDÍGENAS DE PARINTINS: LÍNGUA, NARRATIVAS ORAIS E CULTURA

\*\*\*

## A DISCUSSION ABOUT THE LINGUISTIC ATTITUDES OF INDIGENOUS STUDENTS FROM PARINTINS: LANGUAGE, ORAL NARRATIVES AND CULTURE

Sanny Kellen Anjos Cavalcante Canuto<sup>1</sup>  
Edinelza Macedo Ribeiro<sup>2</sup>

**Recebimento do Texto:** 20/01/2023

**Data de Aceite:** 18/02/2023

**RESUMO:** Este trabalho objetiva-se a relatar as atitudes linguísticas de quatro estudantes indígenas no município de Parintins Amazonas. Trata-se de uma abordagem qualitativa, cujos métodos se pautam nas pesquisas descritiva e narrativa. Por meio de transcrição, elencamos discursos que correspondem a cada um dos colaboradores participantes. Como fio condutor, dispomos dos postulados da Sociolinguística sob a perspectiva dos estudos das Línguas em Contato (Calvet, 2002), e também, de Atitudes Linguísticas (Lambert, 1975), estabelecendo diálogo transdisciplinares com a Linguística Aplicada. Seguindo esse percurso teórico-metodológico, chegamos aos resultados que nos mostraram atitudes positivas dos indígenas em relação as suas próprias línguas e em algumas atitudes negativas em relação ao português em diferentes tipos de contexto, uma vez que a língua portuguesa escrita difere da língua brasileira que falamos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atitudes Linguísticas. Línguas em Contato. Narrativas Oraís. Indígenas

**ABSTRACT:** This paper aims to report the language attitudes of four indigenous students in the municipality of Parintins, Amazonas. This is a qualitative approach, whose methods are based on descriptive and narrative research. By means of transcription, we listed speeches that correspond to each of the participating collaborators. As a conductor, we use the postulates of Sociolinguistics from the perspective of Studies of Languages in Contact (Calvet, 2002), and also, of Linguistic Attitudes (Lambert, 1975), establishing a transdisciplinary dialogue with Applied Linguistics. Following this theoretical-methodological path, we reached the results that showed us positive attitudes of indigenous people towards their own languages and some negative attitudes towards Portuguese in different types of context, since the written Portuguese language differs from the Brazilian language we speak.

**KEYWORDS:** Language Attitudes. Languages in Contact. Oral Narratives. Indigenous

1 Doutoranda em Linguística (UNEMAT). Mestre em Linguística (UNEMAT). Graduada em Letras (UEA). Especialista em Linguística Aplicada na Educação (Faculdade Única). Participou do Programa de Iniciação Científica (PAIC), (2014 -2016), e do Programa de Monitoria (PROGRAD) de 2016-2017. Possui experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Infantojuvenil, Linguística, Linguística Aplicada e Pragmática. Atualmente, o interesse de pesquisa recai sobre posicionamentos negros e quilombolas em ambientes digitais, identidades quilombolas, ações afirmativas e populações consideradas marginalizadas. É integrante do Grupo de Pesquisa CNPq: Linguagem, Tecnologia e Contemporaneidade em Linguística Aplicada (LINTECLA).

2 Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (CDS-UnB), licenciada em Letras e mestre em Administração Profissional pela Universidade Potiguar (Natal-RN). Atualmente é professora Associada na Universidade do Estado do Amazonas (CESP-UEA). É vice-líder do grupo de pesquisa Rede de Estudos do Desenvolvimento do Território e Sustentabilidade da Amazônia com linha de pesquisa em linguagem, turismo e cenários Amazônicos.

## Para início de conversa

Os povos indígenas somam, aproximadamente, 0,47% da população total do Brasil, segundo dados do IBGE no ano de 2010. Os mesmos dados apontam que a Amazônia abriga 440 mil indígenas em seu bioma, dos quais 200 mil localizam-se no estado do Amazonas. Desse contingente, a cidade de Parintins, localizada ao extremo norte do Estado do Amazonas, possui uma cultura indígena muito forte, devido a influência do povo nativo Tupinambarana. Desse modo, constituiu-se como um dos polos de diversidade e tradição indígena no Brasil.

A fim de enaltecer as raízes tradicionais da cidade de Parintins, realizamos uma roda de conversa intitulada “Resgate da memória indígena por meio da oralidade”, que ocorreu na Semana de Ciência e tecnologia da Universidade do estado do Amazonas no ano de 2017. Na ocasião, foram convidados 4 indígenas de 2 etnias diferentes (*Sateré-Mawé* e *Hixkaryana*) — que estudavam em níveis distintos de escolaridade na cidade de Parintins e que aqui, nos referiremos como “colaboradores da pesquisa”. Os estudantes relataram sobre suas tradições, dificuldades em estabelecer moradia na cidade e expectativas para o futuro. De todos os temas abordados durante a conversa, alguns fatores linguísticos se sobressaíram, como a dificuldade em aprender o português, o preconceito com a língua indígena e o desprezo às línguas indígenas no contexto urbano; e é isso que tomamos como base neste trabalho.

Em termos metodológicos, esta pesquisa apresenta-se descritiva, de abordagem qualitativa, cujo objetivo concentra-se na pesquisa narrativa, visto que os dados foram obtidos por meio das narrativas orais dos quatro convidados da roda de conversa. Para fins de obtenção dos dados, toda a roda de conversa foi gravada (com autorização de todos os envolvidos) permitindo, assim, que as análises fossem realizadas após transcrição das falas. Nesse sentido, escolhemos um depoimento de cada colaborador, a fim de que todos pudessem ter suas falas evidenciadas no trabalho.

Nessa direção, nos ancoramos em duas vertentes teóricas da Sociolinguística para investigar em que medida o contato das línguas indígenas com o português influencia as atitudes linguísticas que esses jovens indígenas mobilizam em suas próprias **línguas**, e as atitudes dos falantes do português para com as línguas indígenas.

A partir da investigação pelo viés sociolinguístico, lançamos mão das discussões acerca das **Línguas em contato** (CALVET, 2002) e Atitudes Linguísticas (LAMBERT, 1975), permitindo-nos empreender essa jornada em busca de compreender a relação que as línguas em contato possuem com as atitudes que os falantes desenvolvem em relação às línguas. Em um segundo momento, tomamos emprestada da Linguística Aplicada a noção de língua enquanto prática social, uma vez que ao tentar compreender os comportamentos linguísticos dos estudantes indígenas na cidade de Parintins, estamos investigando as interações sociais que permeiam as relações desses estudantes por meio da língua(gem).

Ao descortinar as atitudes linguísticas por meio das ações dos falantes indígenas, compreendemos um pouco da realidade desses jovens que precisam sair de suas aldeias para virem estudar na cidade. Em determinado momento, um dos estudantes relatou que os indígenas sofrem preconceito por parte dos não falantes de língua indígena — assertiva que pudemos constatar quando levamos este trabalho para um evento na cidade de Manaus, capital do Amazonas. Na ocasião, o evento que tinha por objetivo reunir pesquisas que versassem sobre linguagem e discursos na contemporaneidade, ofereceu um simpósio para receber trabalhos que tinham as narrativas como perspectiva na formação docente, e para a nossa surpresa, a maioria dos trabalhos abordava questões indígenas.

Em um dado momento, quando estávamos compondo a mesa instituída por pesquisadores de temáticas indígenas no ensino, uma das participantes da plateia pediu a oportunidade para falar, e em alto e bom, disse o seguinte: “se o indígena fica tão desconfortável na escola da cidade, aprendendo o português, por que ele não fica na aldeia dele onde ele se sente à vontade? Eu não o entendo, ele não me entende, e eu tenho mesmo que aprender a língua dele? Quantos dos professores aqui sabem alguma língua indígena? Porque ele pode até não aprender português, mas num iphone, ele sabe mexer”.

O silêncio foi ensurdecador naquela sala, quase não podíamos acreditar no que tínhamos acabado de ouvir. Foi quando uma das pessoas que compunham a mesa, ao olhar para o kit de participação que receberíamos ao final do evento, deparou-se com uma revista turística que trazia em sua capa uma mulher indígena, usando um cocar e colares étnicos enquanto carregava um cesto de macaxeira (mandioca) nas mãos. A participante tomou a revista em suas mãos e mostrou a todos que estavam presentes, enquanto dizia: “Vocês conseguem ver esta revista

turística e o que ilustra a capa dela? Quer dizer que podemos utilizar a cultura indígena como atrativo turístico, utilizar adereços para nos enfeitar em situações festivas, pesquisar sobre sua cultura, e eles não podem sequer ter acesso à cidade em que vivemos, e que por sinal, era deles muito antes de estarmos aqui?”. Feita essa reflexão, todos os presentes (menos uma), aplaudiram-na.

Diante da seriedade existente nessa história verídica, empreendemos este caminho de pesquisa, olhando o indígena como colaborador de estudo e não como um objeto. Lembrando sempre que eles são parte constitutiva dessa nação.

## O aspecto da língua no Brasil

Comunidades tradicionais são parte constitutiva da história do Brasil em diversos aspectos. Diante disso, podemos citar a língua como fator preponderante no que tange à cultura, costumes, tradições e, especialmente, à língua brasileira como conhecemos e falamos diariamente. Ao partirmos de tais postulados, faz-se necessário discutirmos os entendimentos que se tem acerca da língua portuguesa falada no Brasil atualmente.

Pesquisadores da linguagem como o linguista Marcos Bagno e a analista de discurso Eni Orlandi defendem a existência de um português abrigado em suas pesquisas, contrapondo, assim, a ideia instituída historicamente de que o português europeu é a língua oficial do Brasil. Segundo Orlandi (2002, p. 29), a interrogação “falamos a língua portuguesa ou a língua brasileira?”, é **uma incógnita que perdura desde a colonização e que adquiriu força no século XIX**, visto que a autonomia da língua brasileira foi camuflada pela língua instituída como oficial pela corte portuguesa. A analista do discurso institui dois conceitos distintos acerca da dicotomia que circunda as discussões que abarcam a existência de uma **língua portuguesa** e de uma **língua brasileira**. Para ela, o português brasileiro é visto como “língua fluida”, enquanto o português tradicional, como “língua imaginada”.

O conceito de “língua fluida” instituída por Orlandi (2002), leva-nos a outro estudioso da linguagem: Marcos Bagno. O sociolinguista e militante da causa, diz haver a necessidade de separar a língua portuguesa da língua brasileira, pois **há uma discrepância entre língua falada e escrita**. Para ele, o português

brasileiro é uma língua e o português europeu, outra. Nas obras “Preconceito linguístico: o que é e como se faz (2007)”; “Gramática pedagógica do português brasileiro (2011)” e “Português brasileiro: um convite à pesquisa (2001)”, Bagno apresenta concepções, discussões e desvelamentos de mitos e verdades que afirmam o português brasileiro como língua oficial do Brasil.

Embora as discussões acerca da língua falada no Brasil apresentadas pelos estudiosos supracitados sejam relativamente atuais, não se trata de uma discussão nova. Ao se debruçar sobre as “políticas linguísticas e instituição do português como língua oficial do Brasil”, Mariani (2003) expõe que houve um processo histórico que uniu realza e a igreja portuguesa em um projeto cuja a finalidade era a “colonização linguística”. Conforme a autora:

o que está em jogo na colonização lingüística e na institucionalização do português no território brasileiro nem é tanto, ou apenas, uma diversidade de línguas e de falares em termos tecnicamente sociolingüísticos, mas sim uma heterogeneidade lingüística que será parte integrante de uma memória do que no século XIX vai ser nomeado como *língua brasileira* (MARIANI, 2003, p. 75).

A herança dessa colonização linguística reverberou no entendimento que se tinha, até pouco tempo, de que a língua brasileira é homogênea e uniforme. Sendo assim, Bagno (2007) considera essa afirmação como um mito, uma vez que, embora o português seja falado por uma grande parte da população, apresenta-se diverso e variável, não se devendo isto apenas à expansão territorial do país, como também às desigualdades sociais existentes — pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, sem acesso à escola, saneamento e outra série de situações que interferem, também, nas atitudes linguísticas, revelando, assim, um outro fenômeno: o preconceito linguístico.

A raiz dessa heterogeneidade pode ser encontrada facialmente se analisarmos as demandas que instituíram o fator “língua” no período da colonização. A mistura de línguas africanas, indígenas e europeias desencadeou uma espécie de língua geral, que estava sendo facilmente difundida. Acerca disso, Melo (1981) aponta que as caravanas portuguesas tiveram contato com cerca de 5 milhões de nativos, de diferentes etnias e, aproximadamente, 1.000 línguas

distintas. A esse respeito, Lucchesi (2009, p. 41). compreende que:

o contato dos colonizadores portugueses com milhões de aloglotas, falantes de mais de mil línguas indígenas autóctones e de cerca de duzentas línguas que vieram na boca de cerca de quatro milhões de africanos trazidos para o país como escravos, é, sem sombra de dúvida, o principal parâmetro histórico para a contextualização das mudanças linguísticas que afetaram o português brasileiro.

Nessa direção, Silva Neto (1977) advoga que as línguas portuguesa e indígena, especialmente o tupi, se influenciaram e cruzaram em decorrência da necessidade de contato social, ocasionando o interlinguismo. Por meio dessa mistura de línguas, formou-se uma linguagem considerada rude, de gente inculta, denominada “crioulo” ou “semicrioulo”.

Ao ter conhecimento da nova língua que se instituíra entre as pessoas, O Marquês de Pombal, em nome do Rei Dom José I de Pombal, promulgou um decreto que proibia o ensino e o uso do Tupi em todo o território nacional, instituindo o português como única língua a ser falada no Brasil. Ainda que houvesse um decreto, a língua geral não parou de ser falada, e juntamente com a catequização oferecida pelos jesuítas tanto em **língua portuguesa**, quanto em língua geral, ocorreu um forte processo de bilinguismo. (SILVA NETO, 1977).

Todo esse processo de junção dos povos e suas línguas no Brasil-Colônia ocasionou o que se denomina em Sociolinguística como “línguas em contato” ou “contato linguístico”. Tais contatos se estendem aos dias atuais, como se pode ver na cidade de Parintins no Amazonas, em que indígenas das etnias *Sateré-Mawé* e *Hixkaryana* possuem contato direto com suas línguas nativas e também com o português. Na próxima seção, discutimos como o fenômeno das línguas em contato implica às atitudes linguísticas.

## Contatos e Atitudes Linguísticas

O contato entre línguas que se estabeleceu no Brasil-Colônia propiciou não apenas a comunicação, como também, interferências nos aspectos históricos, sociais e culturais dos povos falantes. Aguilera e Busse (2008) assinalam que os estudos tendo como base às línguas em contato são materiais potenciais para descrever e entender às instancias que atuam nos processos de interações linguísticas, históricas, sociais, psicológicas, dentre outros aspectos. Para as autoras “Não se trata apenas de línguas que se encontram em contato, mas de culturas que passam a coexistir” (AGUILERA e BUSSE, 2008, p. 13).

Desse modo, as culturas que passam a coexistir, no âmbito deste trabalho, referem-se ao contato das línguas indígenas *Sateré-Mawé* e *Hyskaryana* com o português presentes em Parintins. Em relação ao contato das línguas desses indivíduos considerados bilíngues, Calvet (2022, p.36) expõe a posição de Weinrich (1953) ao informar que “ele considerava que as línguas estavam em contato quando eram utilizadas alternadamente pela mesma pessoa”. No entanto, Tarallo e Alkimin (1987) entendem o contato linguístico com um fenômeno que ocorre quando duas ou mais línguas se entrecruzam em um determinado momento, não necessariamente por um falante individual. Nesse contexto, nos deparamos com o conceito de comunidade de fala:

Além disso, um dos pontos-chave do modelo sociolinguístico é o fato de o espaço da mescla linguística ser a comunidade de fala. Ou seja, é nas comunidades de fala ou entre elas que se concretizam diversos tipos de contato, os quais produzem, por sua vez, fenômenos de mescla ou de convivência/coexistência, mecanismo esse ativado pelos indivíduos que integram tais comunidades. Chegamos, assim, a uma distinção fundamental: a mescla intracomunidade (isto é, variantes convivendo e/ou se entrecruzando em uma mesma comunidade de fala, em que somente uma língua é falada: o português, por exemplo) versus a mescla intercomunidades (ou seja, línguas distintas coexistindo e se misturando em uma mesma comunidade: por exemplo, o caso de o português conviver com o alemão, o polonês e o italiano na região sul do Brasil)”. (TARALLO e ALKIMIN, 1987, p.9).

Tomando como base a proposição supracitada de Tarallo e Alkimin, entendemos que as comunidades de fala indígenas, como as que existem no município de Parintins, coexistem juntamente com a “Língua Portuguesa/ Brasileira”, uma vez que se situam no mesmo espaço geográfico, criando as condições para que haja o contato, como ocorre na escola e universidade. Esse tipo de contato gera uma série de desdobramentos dentro dos contextos e das relações sociais em que esses indivíduos estão inseridos, como a alternância de códigos, interferências, estratégias e preconceito. Indo além, “o contato entre línguas não produz apenas interferências, alternâncias e estratégias. Ele gera sobretudo um problema de comunicação” (CALVET, 2002, p. 51).

A esse respeito, empreendemos uma jornada de perceber que as línguas africanas e indígenas eram menosprezadas em nome de uma ideia de “língua nacional”. Esse processo ocorrido na era colonial fez reverberar, hodiernamente, situações linguísticas que atingem falantes de línguas indígenas, como os *Sateré-Mawé* e os *Hixkaryana*; cujas realidades implicam enfrentar desafios para conviver em um contexto/espço onde suas línguas não são consideradas oficiais ou, simplesmente, consideradas. Nesse sentido, ao descortinar o preconceito em torno das línguas autóctones, compreendemos que se trata de uma realidade histórica difícil de ser visualizada, uma vez que a colonização dos povos indígenas foi um processo violento que atingiu de forma completa as existências dessas pessoas em seus aspectos sociais, culturais, religiosos e linguísticos — reduzindo-os a seres desprovidos de qualquer consideração e distanciando-os da sua humanidade.

Partindo do aspecto linguístico, Calvet (2002, p.68) afirma que “a divisão das formas linguísticas em línguas, dialetos e patoás **é considerada** pejorativa, como isomorfa a divisões sociais que por sua vez também se fundam em uma visão pejorativa”. Dentro dos fenômenos que ocorrem no processo de contato linguístico, as **línguas** minorizadas sofrem com a discriminação, e seus falantes com dificuldades, como se vê no caso dos indígenas que **são obrigados a aprender o português** padrão nas escolas, enquanto suas línguas são faladas apenas dentro das suas próprias comunidades de fala. Aqui, resvalamos nas atitudes linguísticas que o falante possui com a sua própria língua e para com a língua do outro. Segundo Silva e Aguilera (2014, p. 705) “além de fazer parte da constituição do indivíduo, a língua ou o dialeto utilizado por ele pode integrá-lo, valorizá-lo,



discriminá-lo ou elevá-lo socialmente.

Mas o que seria uma atitude linguística? Segundo a definição literal encontrada nos dicionários de língua portuguesa, uma atitude consiste num modo de agir, posicionar ou significar em determinado momento ou sobre determinado objeto ou contexto. Partindo desse pressuposto, uma atitude linguística seria a forma como um sujeito se posiciona em relação a sua própria língua ou de outrem. Conforme Calvet (2002, p. 65), “há que se considerar um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas e para com aqueles que as utilizam”. Outra definição de atitudes linguísticas pode ser observada na perspectiva de Frosi, Faggion e Dal Corno (2010, p. 23). Para os autores, trata-se de “uma postura ou comportamento positivo ou negativo frente a uma língua ou a uma variante linguística particular, uma reação favorável ou desfavorável face ao modo de falar do outro”.

Lambert e Lambert (1975, p. 100) também desenvolveram sua própria noção de atitude ao dizerem que “é uma maneira organizada de pensar, sentir e reagir às pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente”. Os autores ainda complementam enfatizando que atitudes possuem componentes essenciais, que seriam pensamentos e crenças, sentimentos e emoções, bem como tendências para reagir.

Independentemente de as atitudes serem referentes ao falar próprio ou do outro, Calvet (2002) pondera que o que interessa à sociolinguística é a reação social que emerge a partir desse comportamento e como isso está atrelado a um comportamento social mais geral. Para o autor, as variações existentes entre as línguas podem desencadear as atitudes de aceitação ou rejeição que não possuem, necessariamente, influência sobre o modo de falar dos falantes, mas que podem influenciar o modo como percebem os discursos dos outros.

## **Roda de diálogo: metodologia, discussões e resultados**

No mês de outubro do ano de 2017, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia promoveu espaço para que sub eventos fossem realizados no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP-UEA). Na oportunidade, a coordenadora do projeto organizou uma oficina intitulada “Resgate da memória

indígena por meio da oralidade”, afim de divulgar o projeto “Linguagem, cultura e sociedade no Amazonas”. Trata-se de uma proposta que surgiu da necessidade de se compreender, resgatar e valorizar as identidades linguísticas da sociedade parintinense por meio das práticas culturais, registradas na memória e na história das populações indígenas no município de Parintins.

Num primeiro momento, a professora apresentou à comunidade os convidados que tinham a compartilhar suas histórias e vivências. Foram três (03) rapazes da etnia *Sateré-Mawé*, sendo um deles aluno do curso de Letras do CESP-UEA, e um (01) convidado da etnia *Hixkaryana*. Realizadas as devidas apresentações, cada convidado teve a oportunidade de se expressar e compartilhar com a comunidade aquilo que considerava relevante para o debate. Por se tratar de narrativas orais, em sua maior parte, os participantes da oficina puderam ouvir algumas histórias, como acontece nas aldeias. Primeiro, os convidados falaram em suas respectivas línguas e depois traduziram para o português com a ajuda do colaborador e universitário, também *Sateré-Mawé*.

## **Procedimentos metodológicos**

O *corpus* de análise é constituído pelas narrativas de 4 indígenas convidados para compartilharem suas vivências por meio da oralidade no âmbito da roda de conversa. Da etnia *Sateré-Mawé*, dois (02) eram estudantes da educação básica e um (01) estudante de graduação. Da etnia *Hixkaryana* foi apenas um (01) convidado que também cursava a educação básica. A faixa etária dos estudantes variava entre 18 e 25 anos. Como mencionamos anteriormente, referimo-nos aos convidados como colaboradores da pesquisa que foram enumerados de 1 à 4 para garantir organicidade à tessitura do texto.

Os dois estudantes da educação básica pertencentes à etnia *Sateré-Mawé* serão identificados como colaborador 1 e colaborador 2. O acadêmico do curso superior, também da etnia *Sateré-Mawé*, será o colaborador 3. Por fim, o estudante da educação básica pertencente à etnia *Hixkaryana* será identificado como colaborador 4.

A roda de conversa teve o áudio gravado com o auxílio do aplicativo “gravador de voz” disponível nos *smartphones android*, com autorização de todos

os envolvidos. Desse modo, transcrevemos manualmente um discurso de cada colaborador para realizar as análises. Das narrativas apresentadas, atentamos para o fato de que o “fator língua” foi preponderante em todas elas, por esse motivo, são sob esse recorte que concentramos nossas análises e considerações de acordo com a teoria proposta.

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa que, para Paiva (2019), volta-se para o que acontece no mundo real com o propósito de escrever e descrever, podendo até explicar fenômenos sociais a partir de diferentes pontos de vista. Em vista de escolher o(s) procedimento(s) para delinear o estudo, optamos pela pesquisa descritiva, que oferece a oportunidade de descrevermos com precisão os fatos, visto que “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. (CERVO e BERVIAN, 2002, p. 66). Diante disso, optamos, também, pela pesquisa narrativa, pois está diretamente ligada à oralidade. Paiva (2019, p. 13) citando Liebich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998, p. 2), pondera que pesquisa narrativa “é qualquer estudo que use ou analise materiais narrativos. Nessa direção, entendemos que, além de ouvirmos e analisarmos as narrativas orais dos colaboradores da pesquisa, essa oralidade é parte constitutiva da cultura indígena.

## **Uma conversa sobre língua**

Dentro da área que compreende os estudos da linguagem, deparamo-nos com diferentes concepções do que seria a língua. Para a Linguística Aplicada (LA), por exemplo, trata-se de uma prática social que permeia todas as relações dos indivíduos em suas subjetividades (MOITA LOPES, 2006). Já para a sociolinguística, língua está estritamente relacionada à sociedade, ou seja, como essa língua é utilizada dentro de uma determinada comunidade de falantes. Ainda que ambas tenham semelhanças em relação aos objetos de estudo, possuem diferenças significativas quanto às teorias e métodos de análise.

Nessa análise, as áreas se entrecruzam quando entendemos que a população analisada é considerada uma minoria que, por meio das atitudes que possuem em relação à sua própria língua, dentro e fora das suas comunidades, empreendem, também, práticas sociais. Moita Lopes (1996, p. 20) advoga que “A

LA é uma ciência social, já que seu foco é em problemas de uso da linguagem enfrentados pelos participantes do discurso no contexto social [...]”. Coadunando a essa perspectiva, Canuto (2022) reitera que refletir sobre temas étnicos em LA é um ato político, pois seus postulados englobam práticas de linguagem que abrangem questões sociais, políticas e ideológicas, considerando as minorias consideradas marginalizadas.

Em termos sociolinguísticos, Silva e Aguilera (2014) ponderam que a língua se adequa para expressar os acontecimentos sociais de diferentes ordens: política, cultural e histórica, não apenas transformando uma sociedade, mas também representando-a. Para as autoras:

a sociedade, transformando-se, exige que a língua se adapte a essas mudanças, uma vez que os sujeitos mudam seus focos, seus objetivos, suas perspectivas e os comunicam por intermédio da língua que compartilham. Sendo assim, é correto afirmar que existe uma tríade indissociável homem-língua-sociedade, pois cada componente depende do outro para existir. Em termos semelhantes, é o que mostra Benveniste (1995, p.27) quando afirma que “[...] é dentro da, e pela língua, que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente.” (SILVA; AGUILERA, 2014, p. 706).

Nesse bojo, as etnias dos colaboradores deste estudo são significadas uma vez que se trata de populações tradicionais, cujas sociedades estão dispostas em aldeias distantes da cidade. Nesse sentido, as línguas indígenas, por serem diferentes da língua que foi instituída como oficial no Brasil, pode ser vista como diferente, e o diferente, por vezes, causa estranhamento e até mesmo rejeição. Por isso vamos verificar indícios de aceitação ou rejeição nos discursos a seguir, sempre correlacionando com o contexto social em que os colaboradores estão envolvidos. Para tanto, nos orientamos pelos postulados em atitudes linguísticas outrora apresentados.

### **4.3. Análise de dados**

O povo *Sateré-Mawé* possui inúmeras tradições e costumes como tantas

outras sociedades indígenas — *línguas, rituais, cultura, etc.* Segundo as narrativas apresentadas na própria roda de conversa, a tradição se mantém firme em relação aos papéis sociais que cada indígena desenvolve quando está na aldeia. Trata-se de costumes que são passados por meio da oralidade, artesanatos, culinária, entre outros.

Concernente à relação dos *Sateré-Mawé* com a sua própria língua e a língua portuguesa, Tavares (2017) assevera que essa relação se estabelece, prioritariamente, por meio da escola, uma vez que o ensino fundamental é oferecido nas aldeias, oportunizando aos indígenas aprenderem o português. Entendendo a situação por esse viés educacional, resvalamos na questão da migração que os alunos indígenas precisam realizar para que possam dar continuidade aos seus estudos na cidade.

“É importante ressaltar que nessas comunidades indígenas são oferecidos apenas o Ensino Fundamental. A criança *Sateré-Mawé* não é alfabetizada em sua língua materna, havendo assim a exclusão de seu dialeto e conseqüentemente de toda a sua cultura” (TAVARES, 2017, p. 17).

O fato de a criança indígena não ser alfabetizada em sua própria língua ocasiona conseqüências que são percebidas a curto e longo prazo. O excerto a seguir traz a fala do primeiro colaborador, estudante do ensino médio da rede pública de Parintins. Trata-se de um aluno que foi alfabetizado na aldeia, ou seja, concluiu o ensino fundamental perto de seu povo, ainda que em língua portuguesa.

#### **Excerto #01 – colaborador 1**

*Tenho dificuldade com o português, porque não sei bem ainda e a professora também não sabe o Sateré, aí ela não entende nós e nós não entende ela. Aí eu fica quieto esperando na aula. Os outros estuda melhor, a gente não. É ruim assim. Porque também é diferente como nós fala e como nós escreve.*

O excerto #01 apresenta a narrativa do colaborador 01, expondo a dificuldade que o aluno possui com a língua que a professora da cidade utiliza para ensinar. Embora tenha sido alfabetizado em *Língua Portuguesa* em uma

escola na aldeia, o aluno estava perto dos seus. Nesse sentido, se houvesse algum desentendimento linguístico, teria outras pessoas falantes da língua indígena que pudessem auxiliar na compreensão.

Ao expor que não entende o que a professora fala e que ela também não o entende, fica evidente o que Calvet (2002) expõe acerca das situações negativas causadas pelo contato de línguas e o bilinguismo, uma vez que geram problemas de comunicação. Ainda que o indígena fale e entenda basicamente o português, ele não consegue ter a competência necessária para acompanhar a rapidez com que a professora ensina a matéria.

Concernente a essa situação, Heye (2003) destaca que duas questões estão atreladas ao bilinguismo: competência e função. A primeira se refere ao grau de domínio de ambas as línguas e a segunda, relacionada a natureza psicolinguística, que infere nas utilizações dessa língua (como é utilizada, por que e por qual objetivo). Conforme apontam Aguilera e Busse (2014, p. 705) a “condição bilíngüe possibilita o trânsito entre duas culturas, levando-se em consideração graus ou instâncias de interação e atuação social e a constituição de uma identidade que pode envolver traços de ambas as culturas”.

Mas se não há domínio suficiente da segunda língua, como o indivíduo bilíngüe poderá interagir e atuar socialmente a ponto de desenvolver uma identidade que abranja as duas culturas? Em teoria, como há o ensino alfabetizador nas aldeias, esses alunos deveriam dominar o português tanto quanto dominam o *Sateré*, entretanto, a realidade se mostra diferente da teoria. Tavares (2021) reitera que o índice de evasão escolar de alunos indígenas é crescente, e que a não valorização da educação escolar indígena nas escolas urbanas diminui o processo de permanência desses alunos. Tal assertiva corrobora a parte do Excerto #01 em que o estudante afirma que os outros estudam melhor, ou seja, que aprendem de forma mais afetiva.

Ao dizer que “assim é ruim” referindo-se ao fato de que estudar sem compreender o que está sendo ensinado por não dominar a língua, o colaborador desenvolve uma atitude negativa em relação ao português. Calvet (2002) pondera que os sentimentos reverberam em atitudes de aceitação ou rejeição de uma língua, nesse sentido, Aguilera (2008, p. 105) advoga que “a atitude lingüística assumida pelo falante implica a noção de identidade, que se pode definir como

a característica ou o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro.

O aluno finaliza o discurso, informando que a forma como ele fala o português difere da maneira com a qual é ensinado, por conseguinte, como se deve escrever, indo ao encontro do debate em relação à língua brasileira versus à língua portuguesa. A esse respeito, Bagno (2001) pondera que o professor precisa apresentar aos alunos a noção de português brasileiro a fim de não esmagar a autoestima desses indivíduos ao ensinar uma gramática pautada no português europeu; apresentando a importância de se ter uma gramática, mas indo além dela.

Embora a visão que o professor Bagno apresenta em relação à língua brasileira e de como é importante que haja uma explicação sobre as disparidades que permeiam o português falado e aquele que escrevemos, a situação ganha contornos mais difíceis em se tratando da educação indígena, como podemos perceber no Excerto # 02 apresentado a seguir.

#### **Excerto #02 – colaborador 2**

*Tem uma indígena na minha sala que não fala nada do português, ela fica só calada e não participa porque não sabe. Não porque não quer, mas porque não tem como. Eu gosto da minha língua, se pudesse não sair da aldeia pra estudar na cidade, eu escolhia ficar lá.*

A narrativa apresentada no Excerto #02 pertence ao colaborador 02 e contribui para a discussão apresentada acerca do excerto 01. Nela, o aluno expõe a realidade de outra aluna indígena, que fica calada na sala de aula por não falar o português. Essa realidade aponta o fenômeno da exclusão, em que o indivíduo, por possuir uma característica diferente da maioria, passa por um processo de silenciamento. Nesse caso, autoimposto pela ausência de domínio da língua. Os dados nos permitem inferir que a atitude dessa aluna em relação à língua portuguesa é negativa, uma vez que “nossas atitudes se desenvolvem quando enfrentamos nossos ambientes sociais e nos ajustamos a eles. Uma vez criadas as atitudes, estas levam regularmente a nossos modos de reagir e facilitam o ajustamento social” (LAMBERT, 1975, p. 101).

Na segunda parte da narrativa, o colaborador mostra uma atitude positiva em relação a sua própria língua. Ao informar que gosta do seu falar e que se pudesse continuaria na sua aldeia, falando apenas em *Sateré-Mawé*. Observamos nesse contexto, a evidência de uma atitude negativa em relação ao português, apresentando o incômodo em ter que dominar também o português. Cabe ressaltar, que o deslocamento da criança e adolescente indígena para a cidade é algo imposto pelo fato de não haver como continuar o ensino regular na aldeia. Tavares (2017) caracteriza esse processo como sendo uma busca por melhores condições de vida.

Nesse sentido, vale ressaltar que a migração de muitos amazonenses que moram em comunidades ribeirinhas e fazendas no interior, e que precisam se deslocar para as cidades mais urbanizadas em busca de melhores oportunidades é uma realidade muito comum. Trata-se de um processo de deslocamento desconfortável e doloroso, visto que não qualquer investimento do governo para assistir essas pessoas no ambiente urbano, e isso se intensifica quando flexionamos o olhar para a realidade dos indígenas do município que tem o fator língua como agravante nessa situação.

E essa busca por melhores condições de vida se estendem para além do anseio de concluir a educação básica. O Excerto #03 traz a narrativa de um estudante universitário do curso de Licenciatura em Letras do Centro de Estudos Superiores de Parintins.

### **Excerto # 03 – colaborador 3**

*Tem muitas barreiras que precisam ser quebradas. Tem dificuldade de entender algumas palavras técnicas da língua portuguesa aqui na universidade. Acho que deveria existir programas de alfabetização reforçada para os indígenas e tradutor pra acompanhar nas aulas, porque o maior motivo de retraimento dos indígenas nas escolas é não saber o português e não ter quem se interesse pelo seu idioma. Mas na universidade tratam melhor o indígena do que na educação básica.*

Essa narrativa demonstra a heterogeneidade da língua portuguesa, principalmente aquela ensinada nas instituições de ensino. Ao dizer que existem



termos técnicos que causam estranhamento e desconhecimento, o colaborador indica que é difícil conhecer todos os vocábulos e léxicos que compõem uma língua. Segundo Alkimim (2006, p. 30) “qualquer língua, falada por qualquer comunidade, exibe sempre variações. Pode-se afirmar mesmo que nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea”, por esse motivo, a educação indígena apresenta fatores que necessitam de maior atenção.

Nesse aspecto, a questão da educação escolar indígena passa pela redundância da presença dos desafios já existentes na educação escolar em geral, com o adendo de que a escolarização indígena tem especificidades delicadas, já que a escola, na realidade da cultura indígena, constituiu-se da representação institucional da cultura não indígena dominante. (VIEIRA BRAGA; FEITOZA; COSTA MELO, 2021, p. 7).

Nessa conjuntura, torna-se pertinente que o aluno precise de um tradutor para que possa auxiliá-lo na compreensão das aulas. Ao dizer que não há quem se interesse pelo seu idioma, o aluno demonstra a atitude que os outros têm em relação à língua indígena. Trata-se de uma atitude de indiferença mediante às dificuldades que eles enfrentam ao virem estudar na cidade. A fala de encerramento dessa narrativa coaduna com os relatos dos colaboradores 1 e 2, uma vez que ele afirma que na universidade tratam melhor os indígenas do que na educação básica, ou seja, dão mais atenção a essa questão social e linguística.

O quarto excerto traz a narrativa do convidado da etnia *Hixkaryana*. Ele relatou também suas vivências, com um pouco mais de dificuldade, pois sua aldeia tem menos contato com o branco e a cidade do que o povo *Sateré-Mawé*. A fala apresenta códigos linguísticos aparentemente mais complicados de conciliar à Língua Portuguesa. Quando perguntado sobre às dificuldades que o indígena enfrenta ao tentar manter sua cultura em um espaço não voltado para ela, as palavras que saíram com dificuldade foram firmes:

#### Excerto # 04 – colaborador 4

*O indigeno ama sua cultura, ama seu povo, ama ser índio. Dizem que o índio tem vergonha de ser índio quanto tá na cidade, mais não. É que índio fica calado porque os outros não entendi o que nós fala. Tem muito preconceito com o indigeno, mas o povo Xcariano tem orgulho da sua cultura e vem estudar, mas depois volta pra aldeia*

Nessa narrativa vemos claramente a atitude positiva que o falante indígena possui em relação a sua língua, sua cultura e seu povo. Por meio da oralidade, ele exprime sentimentos que, segundo Lambert citado por Aguilera (2008), correspondem aos componentes que quando colocados em mesmo nível, formam a atitude linguística. Trata-se do saber ou crença (componente cognoscitivo); a valoração (componente afetivo); e a conduta (componente conativo). A autora se apropria, ainda, das concepções de Gomez Molina (1998, p. 31) para exemplificar a maneira que os três componentes interferem nas atitudes:

[...]o componente cognoscitivo teria o maior peso sobre os demais por conformar, em larga escala, a consciência sociolingüística, uma vez que nele intervêm os conhecimentos e pré-julgamentos dos falantes: consciência lingüística, crenças, estereótipos, expectativas sociais (prestígio, ascensão), grau de bilingüismo, características da personalidade, etc. O componente afetivo, por sua vez, está alicerçado em juízos de valor (estima-ódio) acerca das características da fala: variedade dialetal, acento; da associação com traços de identidade; etnicidade, lealdade, valor simbólico, orgulho; e do sentimento de solidariedade com o grupo a que pertence. O componente conativo, por sua vez, reflete a intenção de conduta, o plano de ação sob determinados contextos e circunstâncias. Mostra a tendência a atuar e a reagir com seus interlocutores em diferentes âmbitos ou domínios: rua, casa, escola, loja, trabalho. (AGUILERA, 2008, p. 106).

Dessa forma, podemos identificar a presença dos três elementos que compõem a atitude do falante exposta na narrativa. Ao dizer que ama a sua cultura, tem orgulho e o anseio por retornar à sua aldeia, o indígena utiliza o componente afetivo, demonstrando estima e orgulho pela sua etnia. Outro

componente expreso pelo falante é o cognoscitivo. Ao utilizar a pessoa oculta do verbo “dizer”, ele imprime o fato de que alguém diz que *índio* não gosta de ser *índio* quando está na cidade, expondo, dessa forma, um pré-julgamento estereotipado que os não falantes da língua *Hixkaryana* possuem em relação a eles mesmos. Já o componente conativo, que expressa intenção de conduta, aparece na narrativa quando o falante diz ficar calado pelo fato de os outros não conhecerem a sua língua e, também, por terem que se deslocara e virem estudar na cidade, ou seja, dentro do ambiente escolar ele precisa interagir com outros interlocutores, ainda que não haja total inteligibilidade entre eles.

Após encerrar sua fala, a professora coordenadora perguntou sobre as histórias da tribo, a convivência na aldeia e como são os processos de passagem da infância à vida adulta. No entanto, o convidado se ateu a responder que *é uma boa vida*. O povo *Hixkaryana* é conhecido por não compartilhar seu estilo de vida, sendo poucas pessoas autorizadas para adentrar à aldeia. Trata-se de uma estratégia social que busca preservar o seu povo e toda a sua subjetividade.

A roda de conversa foi encerrada com os agradecimentos aos convidados e aos presentes que se dispuseram a ir prestigiar os saberes tradicionais da história do povo amazônida, evocados por meio de uma ação acadêmica. Trata-se de uma iniciativa imprescindível para o resgate e revitalização da cultura linguística e popular de um dos povos base da nossa sociedade, pois ao buscar conhecer a realidade dos povos indígenas a partir de um lugar de escuta, desmistifica-se a ideia que afirma um imaginário estereotipado de que “indígena não gosta de se relacionar com não-indígenas”. Pudemos perceber que não se trata de “não querer falar”, mas sim de não poder; há uma espécie de barreira comunicacional que cresce um pouco mais a cada vez que um indígena é posto de lado por causa da sua língua.

## **Considerações Finais e Inquietações**

O propósito deste estudo foi relatar as atitudes linguísticas de quatro estudantes indígenas no município de Parintins — Amazonas, a fim de evidenciar como essas atitudes interferem no ato comunicativo. Por meio de uma abordagem descritiva das narrativas apresentadas, conseguimos evidenciar quais atitudes dos

indígenas são positivas e quais são negativas em relação às suas próprias línguas e à língua portuguesa. Para tanto, tornou-se profícuo evidenciar previamente na discussão teórica, a distinção existente entre a língua que falamos e àquela que escrevemos no Brasil, tomando como base os estudos de Bagno, Orlandi e Mariani.

Diante dos dados obtidos e analisados, percebemos que ao indígena não cabe o lugar de exclusão, pois eles têm muito o que dizer. Mas para que alguém seja ouvido é necessário que o outro se coloque no lugar de escuta, para que as informações e conhecimentos que não se possui, sejam compreendidas e aprendidas. Desse modo, em algumas poucas horas de roda de conversa, ficou claro que os estudantes indígenas que atuaram como colaboradores deste estudo, têm as suas concepções formuladas do porquê não haver maior interação entre eles, professores e alunos não indígenas nas escolas. Evidenciou-se que não se trata de uma resignação natural, mas sim de uma resignação imposta devido à exclusão e silenciamento.

Não queremos, aqui, dizer que professores, gestores e coordenadores são culpados, pois sabemos que a situação é bem mais global. Nesse sentido, reiteramos a necessidade de se criarem mais políticas públicas que façam valer o aprendizado dos estudantes indígenas, conforme estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Indígena (BRASIL, 1999) — a qual reconhece receberem de forma adaptável e flexível conhecimentos para o desenvolvimento econômico, social e cultural de sua comunidade, com aprendizado de estratégias para o bem viver indígena; e isso só será possível se eles compreenderem o que lhes é passado.

## Referências

AGUILERA, V; BUSSE, S. **Contato Linguístico e Bilinguismo**: algumas reflexões para o estudo do fenômeno da variação linguística. *Línguas e Letras*. v. 9. n. 16. Londrina, 2008.

ALKMIM, T, M. **Sociolinguística**. Parte I. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v.1, 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006. p.21-47.

BAGNO, M. **Preconceito lingüístico**: o que é, como se faz. 49ª. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**, Parábola, São Paulo 2011.

BAGNO, M. **Português ou Brasileiro?** (*um convite à pesquisa*). Parábola Editorial. São Paulo: 2001).

Veira Braga, A. C.; Feitosa, F. D.; Adão, J. M., & Costa Melo, L. (2021). **Pandemia e escolarização indígena**: o enfrentamento da evasão escolar indígena pós-pandemia com o apoio da educação mediada pelas tecnologias. **Em Rede - Revista De Educação a Distância**, 8(1). <https://doi.org/10.53628/emrede.v8.1.692>. Acesso em 22 Jul 2022.

CALVET, L, J. **Sociolinguística**: uma visão crítica. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CANUTO, S. A. C. **Aquilombamento Digital nas Práticas Sociais e de Linguagem em uma Página de Mulheres Quilombolas no Facebook**: posicionamentos, identidades e complexidade. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Linguística) Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Orientação de Valdir Silva. Cáceres, 2022.

CERVO. A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FROSI, V. M.; FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. O. M. **Estigma**: cultura e atitudes linguísticas. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

HEYE, J. **Línguas em contato**: considerações sobre bilinguismo e bilingualidade. *In*: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. **Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

LAMBERT, William W.; LAMBERT, Wallace. E. **Psicologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

LUCCHESI, D. História do contato entre línguas no Brasil. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I.(orgs). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 41-73.

MARIANI, B. **Políticas De Colonização Lingüística**. Letras, 2003.

MELO, G. C. **A língua do Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

MOITA LOPES, L. P. **Uma linguística aplicada mestiça e ideológica**. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, pp. 13-42.

MOITA LOPES, L. P. **Afinal, o que é Linguística Aplicada?** In: FREITAS, A.C.; SILVA, M. A. C. M. B. *Oficina de Linguística Aplicada*. Campinas: Mercado das Letras: 1996.

ORLANDI, E. **Língua e Conhecimento Lingüístico**. Para Uma História das Ideias no Brasil. São Paulo, Cortez, 2002.

PAIVA, V. L. M. de O. e. **Manual de Pesquisa em Estudos Linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

ORLANDI, E. A língua brasileira. **Cienc. Cult. [online]**. 2005, vol.57, n.2, pp.29-30. Disponível em: <https://bit.ly/3cGKRD3>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. OS INDÍGENAS NO CENSO DEMOGRÁFICO 2010. IBGE. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3R4Zhfl>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SILVA, H. C.; AGUILERA, V. A. **O Poder de uma Diferença: um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas**. *Alfa, rev. linguista. (São José Rio Preto)*. Vol. 58(3), pp.703-723. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1409-8>. Acesso em 15 jun. 2022.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1977.

TARALLO, F.; ALKMIN, T. **Falares crioulos: línguas em contato**. São Paulo: Ática, 1987.

TAVARES, E. C. **O Bilingüismo Dos Jovens Indígenas Da Etnia Sateré-Mawé E A Recepção Do Ensino Aprendizagem Da Língua Portuguesa No Ensino Médio Em Uma Escola Da Rede Estadual Na Cidade De Parintins/Am**. Monografia (Licenciatura em Letras). Orientação de Edinelza Macedo Ribeiro. Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Parintins, 2017.

TAVARES, E. C. **Sociolinguística - Desvelando o Preconceito Linguístico: os jovens Sateré-Mawé “sem-língua”**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia). Sob a orientação de Artemis de Araújo Soares. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus, 2021.